

As Reinvenções de Plutarco: Dom Luciano Duarte e a PRHOCASE nas páginas da historiografia

*Magno Francisco de Jesus Santos**

Resumo

Este artigo tem como escopo a análise de Dom Luciano Duarte como um mediador cultural. Pautado na fortuna crítica acerca do autor e de sua atuação no âmbito da PRHOCASE, discorro acerca das ambivalências de sentidos atribuídos ao prelado sergipano.

Palavras-chave: Dom Luciano Duarte; PRHOCASE; mediador cultural.

173



* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa Teoria da História, História da Historiografia e História dos Espaços. E-mail: magno.santos@ufrn.br

Plutarch's
reinventions: Dom
Luciano Duarte and
Prhocase in the pages
of historiography

Las reinenciones de
Plutarco: Don Luciano
Duarte e la PRHOCASE
em las páginas de la
historiografía

Abstract

This article aims to analyze Dom Luciano Duarte as a cultural mediator. Based on the critical fortune about the author and his performance within the scope of PRHOCASE, I discuss the ambivalence of meanings attributed to the Sergipe prelate.

Keywords: Dom Luciano Duarte; PHROCASE; cultural mediator.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar a Dom Luciano Duarte como mediador cultural. A partir de la fortuna crítica sobre el autor y su actuación en el ámbito de PRHOCASE, discuto la ambivalencia de significados atribuidos al prelado de Sergipe.

Palabras clave: Don Luciano Duarte; PHROCASE; mediador cultural.



Algumas estratégias de classificação dos sujeitos históricos, a partir de categorias como a famigerada oposição entre conservador e progressista ou direita e esquerda, levam a contrastes pouco construtivos. Penso que esses binômios, por vezes, expressam, com maior propriedade, as necessidades acadêmicas de enquadramento dos sujeitos de outras épocas. Além disso, eles podem ser vistos como pouco condizentes com a vivência histórica, na qual homens e mulheres apresentam-se em trânsito, escorregadios e muitas vezes com ações e condutas distanciadoras do parâmetro estabelecido para o perfil preestabelecido para a categoria. Nesse sentido, a categorização pode engessar a interpretação e até mesmo silenciar importantes ações dos sujeitos históricos no intuito de expressar ou confirmar o confinamento do mesmo no aparato teórico. Em suma, busca-se a construção de um olhar linear da vida, negando-se ao reconhecimento das dúvidas, inquietações e incoerências presentes na trajetória de vida. Como nos lembra Pierre Bourdieu, “tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica” (BOURDIEU, 2003, p. 185).

Partindo dessa acepção, torna-se necessário rever algumas questões atinentes ao estudo das trajetórias de vida ou aos episódios nos quais existiram atores com forte presença, com um ressaltado protagonismo. Tais acontecimentos precisam elucidar as colocações e os deslocamentos inerentes à atuação dos sujeitos históricos, ou seja, vislumbrar com parcimônia o fato de “o real ser descontínuo, *formado* de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, *fora* de propósito, aleatório” (BOURDIEU, 2003, p. 183). As incoerências são pertinentes ao caminhar de homens e mulheres pela seara da vida.

Certamente, essa questão se torna ainda mais complexa quando se trata de intelectuais. A trajetória desse segmento social é permeada de atitudes de difícil compreensão tanto para os seus pares contemporâneos, como para seus estudiosos. De acordo com o historiador francês Jean Sirinelli, “o estudo dos intelectuais como atores do político é, portanto complexo” (SIRINELLI, 2003, p. 244).

Os posicionamentos e as escolhas políticas dos intelectuais devem ser vistas como expressões engendradas dentro de um contexto sociopolítico, no qual não existe apenas um elemento determinante. A compreensão dos intelectuais no processo histórico precisa levar em consideração o fato dos mesmos apresentarem contornos mutáveis, por vezes, de difícil apreensão.

Considerando esse viés, René Remond defende a ideia na qual, “o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo” (REMOND, 2007, p. 244). Talvez por essa perspectiva se tornasse possível engendrar uma compreensão da sociedade reconhecendo os deslocamentos de posicionamentos de seus atores, as mudanças abruptas de atitudes e a práxis aparentemente discrepante em relação aos princípios ou concepções doutrinárias. Trata-se de uma perspectiva histórica na qual busca enlevar a apreensão das possibilidades como meandro da vivência no passado, valorizando as descontinuidades e rompendo com as ilusões de busca por coerências.

Essa elucubração inicial não foi pensada sem propósito. A experiência da Igreja Católica em Sergipe na defesa das camadas populares, dos oprimidos e socialmente marginalizados, com a proposta de reforma agrária, teve a destacada atuação do arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte na condução das negociações entre os espoliados e as elites açucareiras. A trajetória desse intelectual é permeada de querelas e de representações aparentemente cristalizadas no meio cultural sergipano, com o reconhecimento de sua capacidade de reflexão, como uma das mentes mais destacadas no estado e, por outro lado, como um religioso com posicionamento firme, incontornável e pouco afeito às ideias contrárias (DANTAS, 2014, p. 233).

Cresci ouvindo as camadas populares elogiarem o dom da palavra presente nas homilias de Dom Luciano, tido como o grande líder e orador sacro de Sergipe contemporâneo. Na academia, ao ler sobre a história, paulatinamente fui descobrindo outra faceta do religioso, marcada pelos embates na seara católica e prisioneira de uma representação na qual prevalecia a ideia do arcebispo conservador (SANTANA, 2011). Nesse texto não tentarei reforçar essa



leitura, nem tampouco desconstruí-la, por meio de um exercício hagiográfico (NASCIMENTO, 2011). Pelo contrário, tentarei entendê-lo como um sujeito histórico do seu tempo, com inquietações e conflitos, bem como defensor dos seus ideais e, muitas vezes com ações tidas como incoerentes para um conservador ou para um progressista.

Esse é o intelectual foco dessa análise. Dom Luciano José Cabral Duarte, arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, foi uma das mentes de maior realce no cenário cultural sergipano da segunda metade do século XX. Como homem religioso e intelectual respeitado, ele atuou em inúmeras esferas da cultura sergipana e liderou importantes movimentos na criação e no fortalecimento de algumas das mais relevantes instituições culturais.¹

Por esse motivo, ele pode ser visto como principal líder da Igreja Católica em Sergipe na segunda metade do século XX. Apesar de ter formação religiosa e de ser o líder espiritual da principal instituição religiosa no estado, Dom Luciano Duarte apresentava uma atuação surpreendente, com influência em várias instâncias da sociedade. Destacam-se suas intervenções no âmbito da educação, da cultura, das artes, da política e das questões sociais. Por essa presença singular, em apresentação realizada nas celebrações do seu nonagésimo natalício, cheguei a dizer que “sua presença no campo cultural sergipano foi algo próximo de uma onipresença” (SANTOS, 2015, p. 85).

Como intelectual da Igreja, Dom Luciano Duarte, tornou-se um importante articulador nos meandros da sociedade sergipana, com forte influência em diferentes setores, incluindo a elite. Na condição de bispo auxiliar e, principalmente, como arcebispo metropolitano, ele demonstrou uma sagaz capacidade de articular diferentes setores da sociedade sergipana. Tais ações elucidam uma faceta pouco debatida acerca do religioso: a de mediador cultural. Mobilizo o conceito de mediadores culturais a partir da premissa defendida por Gabriela Soares, como “*passseurs*, que ajudam a conformar, a partir de suportes materiais disponíveis e de relações sociais que se

¹ São exemplos dessa questão a antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951), a Universidade Federal de Sergipe (1967) e o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão (1972).

estabelecem em contextos históricos específicos, a circulação e os modos de apropriação de determinadas ideias e práticas” (SOARES, 2016, p. 125)

As representações evidenciam alguns momentos da vida do prelado. Por vezes, como eloquente orador sacro, prendia a atenção dos católicos com suas pregações comoventes nos atos da Semana Santa, especialmente no afamado Sermão das Sete Palavras realizado no Estádio Lourival Baptista, momentos antes da lúgubre Procissão do Enterro com os archotes carregados por homens a iluminar as ruas da capital sergipana. No âmbito acadêmico, seus alunos, muitas vezes, em postura de discípulos encantados diante das prédicas do mestre, debatiam as questões da fé da filosofia, com encanto e entusiasmo. As salas de aula das faculdades sergipanas dos anos cinquenta e sessenta se transformavam em uma pequena Ágora. Em outras ocasiões, nas manhãs de domingo, sua voz, cativante e lúcida, se propagava pelas ondas da Rádio Cultura, com as homilias da missa celebrada na Igreja São Salvador, templo no qual o sacerdote sempre nutriu uma intensa afeição (MORAIS, 2008, p. 60).

Um indício relevante acerca da magnitude do intelectual é a vasta produção acadêmica que situa a atuação como cerne da investigação ou como questão tangencial. O arcebispo aparece como objeto central da análise, como opositor sagaz do clero tido como progressista ou como personagem secundário nos estudos acerca das instituições culturais sergipanas da segunda metade do século XX. Esses estudos apresentam uma relevância singular, pois foram responsáveis em parte pela reprodução e cristalização de diferentes representações acerca do religioso. Nesse sentido, torna-se indispensável entender como Dom Luciano José Cabral Duarte foi interpretado ao longo do tempo na historiografia. Não se trata de um olhar exaustivo e nem pretensamente conclusivo, mas de uma leitura que prioriza algumas das pesquisas de maior circulação no âmbito universitário.

Uma leitura relevante que debate a vida pastoral de Dom Luciano é “A Tutela Militar em Sergipe”, de Ibarê Dantas. Ao tratar sobre a adesão e a adaptação da sociedade civil sergipana às ideias autoritárias da ditadura civil-militar, o cientista político analisa “a

competição entre as orientações contrastantes do arcebispo D. José Vicente Távora e do bispo auxiliar, Dom Luciano José Cabral Duarte” (DANTAS, 2014, p. 232). Ao descrever o bispo auxiliar de Aracaju, Ibarê Dantas elucida a formação acadêmica e a erudição (DANTAS, 2014, p. 232-233).

A ênfase analítica de Ibarê Dantas ao tratar da expansão das ideias autoritárias em Sergipe é o confronto ideológico entre os dois prelados da Arquidiocese de Aracaju. Távora e Duarte foram apresentados como as faces opostas de uma religião marcada pela complexidade e pluralidade ideológica, muitas vezes transformando-se em arena de disputas. Como salientou o pesquisador da tutela militar, “embora irmanados na mesma religião e no mesmo pastoreio, quantas discrepâncias” (DANTAS, 2014, p. 233). Dom Luciano é destacado na obra como um intelectual que demonstrava “polidez, mas, quando envolviam relações de poder, revelava-se impositivo e arranhento” (DANTAS, 2014, p. 233) e capitalizava prestígio entre as autoridades militares com a nomeação para cargos federais,² bem como por meio das visitas aos presos políticos e das celebrações de missas no Quartel do 28º Batalhão de Caçadores. O autor chega a apontar a ausência de uma maior flexibilidade do prelado como uma das causas do impedimento de ascensão nos cargos públicos estaduais e até mesmo na vida eclesiástica. É importante destacar como ao longo da obra o cientista político evitou a classificação dos dois bispos, com a opção lúcida de entendê-los por meio do confronto de ideias.

Esse perfil analítico não se faz presente em outras obras produzidas em momentos posteriores, nas quais a classificação dos religiosos em categorias predefinidas se mostra como o cerne do argumento. Um exemplo disso é outra leitura que também enfatiza a oposição ideológica entre Dom Távora e Dom Luciano Duarte é a dissertação de mestrado da antropóloga Joana Morato Carvalho. O primeiro foi apresentado como um líder religioso da esquerda católica em Sergipe, enquanto o segundo foi taxativamente qualificado como a face do conservadorismo (CARVALHO, 2013, p. 47). Dom



² Em março de 1968 foi nomeado para integrar o Conselho Federal de Educação.

Távora é tido como o idealizador, o “Bispo dos Operários”, ativo nas reformas pastorais das décadas de 50 e 60 do século XX. Dom Luciano, por outro lado, foi tido como “um bispo conservador que diminuiu a participação dos leigos no cenário político de Sergipe”, apesar de ter “uma grande participação no incentivo do campo educacional” (CARVALHO, 2013, p. 47).

A autora buscou utilizar os episódios históricos como estratégias de legitimação de suas categorias analíticas, mesmo que para isso necessitasse silenciar acerca de determinadas questões ou repensar a cronologia dos fatos para adequar-se ao período dos bispados. Prova dessa “adequação forçada” é o tratamento acerca da PRHOCASE como uma obra gestada ao longo do bispado de Dom Távora: “A partir de 1962, Dom Távora iniciou a criação das fazendas comunitárias, (...). Este projeto foi batizado de Promoção do Homem do Campo de Sergipe” (PRHOCASE) (CARVALHO, 2013, p. 47).

De acordo com Joana Carvalho, a PRHOCASE foi tida como uma expressão pastoral de Dom Távora, criada ainda no início de seu bispado e com um completo silenciamento acerca da atuação de Dom Luciano Duarte no processo de criação e na luta pela compra das referidas fazendas no intuito de promover o assentamento das famílias marginalizadas. Um silêncio inexplicável, bem como um destaque surpreendente para a atuação do “Bispo dos operários” como o propulsor da defesa dos camponeses sergipanos. Como assevera Michel Pollak, o silêncio e o não dito podem ser mais reveladores do que o dito (POLLAK, 1989). Nessa perspectiva, a ênfase exacerbada acerca de um sujeito e o completo silêncio sobre o outro elucidam questões relevantes no processo de usos da história como estratégia de criação heróis e vilões, assim como as ações cristalizadoras de representações como a de homens de esquerda e homens conservadores.

Os usos da narrativa histórica no intuito de se forjar heróis presentes na análise de Joana Carvalho podem ser facilmente questionados tanto pela própria historiografia, como pelas fontes documentais. Os trabalhos acerca da PRHOCASE são unânimes em ressaltar a sua criação no final do período de Dom Távora, nos idos de 1968. Maria Lúcia Souza Ramos Berger informa que após uma sé-

rie de conflitos e de problemas gerados pelo fechamento de fábricas do município de Maruim, a partir de outubro de 1967, o clero diocesano passou a intervir na resolução do problema. Com isso, com o auxílio do governo do Estado, ocorreu a aquisição de “uma área de terra que mais tarde se constituiria na primeira Fazenda Comunitária: esta foi implantada no Município de Maruim, onde ocorrera o fato, no ano seguinte (1968)” (BERGER, 1982, p. 95).

Essa interpretação é compartilhada por Agamenon Guimarães de Oliveira, que respaldado na documentação da própria instituição afirma de forma categórica: “essa entidade foi criada em 11 de fevereiro de 1968, no Estado de Sergipe, pelo então Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Aracaju, com sede e foro nesta cidade” (OLIVEIRA, 1984, p. 32). Além de reforçar o argumento acerca da data de criação da PRHOCASE para o ano de 1968, ou seja, seis anos após a data informada por Joana Carvalho, Agamenon de Oliveira também revela o protagonismo de Dom Luciano Duarte no processo de criação da referida instituição de apoio aos camponeses. Nesse período, Dom José Vicente Távora era o arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, mas já se encontrava com seu estado de saúde abalado (DANTAS, 2002; DANTAS, 2004). Na documentação oficial acerca da PRHOCASE, também emerge o nome do bispo auxiliar como protagonista na idealização e no processo de criação. A ausência de Dom Távora na gestão desse órgão de apoio aos trabalhadores rurais foi explicada por seu sucessor, Dom Luciano Duarte no ato das celebrações dos dez anos da instituição, ao tratar sobre o problema da prisão dos camponeses de Maruim, informou que “Naquele dia, Dom José Vicente Távora, então Arcebispo Metropolitano de Aracaju, se encontrava internado no Hospital São José, em Aracaju” (DUARTE, 1978, p. 3-4).

A informação apresentada pelo arcebispo Dom Luciano Duarte nas comemorações do primeiro decênio da instituição são procedentes e estão de acordo com os argumentos presentes acerca da trajetória de Dom Távora. Nesse caso, o engajamento do bispo auxiliar no apoio aos camponeses teria partido de um pedido do próprio arcebispo de Aracaju. Isso significa que a interpretação de Joana Carvalho inverte a relevância dos papéis no protagonismo da



PRHOCASE, assim como muda a própria cronologia no sentido de confirmar a sua hipótese acerca do confronto entre o bispo de esquerda e o bispo auxiliar “conservador” (CARVALHO, 2013, p. 57).

A retórica voltada para a confirmação do “conservadorismo” de Dom Luciano continua ao longo de todo o texto por meio de argumentos pouco elucidativos como “a relação de Dom Luciano com a JUC era marcada por uma posição conservadora” (CARVALHO, 2013, p. 61), ou ao explicar que os conflitos nos quais “de um lado havia o conservador D. Luciano, do outro havia ‘o Bispos (sic) dos operários’” (CARVALHO, 2013, p. 62). A autora conclui seu argumento acerca da trajetória de Dom Luciano no arcebispado de Aracaju argumentando que “com o falecimento de Dom Távora, Dom Luciano assume o cargo de arcebispo de Aracaju, passando a orientar a Igreja novamente para uma posição conservadora” (CARVALHO, 2013, p. 62). Assim, Joana Carvalho traça uma breve trajetória de vida de Dom Luciano sem mencionar uma única vez a sua atuação na PRHOCASE, tida como obra de Dom Távora. Trata-se de um *script* perfeito para um enredo centrado na busca pelos “heróis” e “vilões” da história, pela luta injusta entre “progressistas” e “conservadores”. Um enredo tão perfeito que deixa de ser real, perde a humanidade e cristaliza os sujeitos.

O modelo interpretativo realizado por Joana Carvalho não foi *sui generis*, pelo contrário, seguiu uma tendência vigente nas pesquisas acerca da cúpula estadual da Igreja Católica realizadas no âmbito acadêmico. Antônio da Conceição Ramos, ao analisar a atuação da Juventude Universitária Católica de Sergipe entre 1958 e 1964, ressaltou as divisões existentes no clero arquidiocesano de Aracaju (RAMOS, 2000, p. 137). Trata-se, portanto, de mais uma interpretação voltada para os embates teológicos e sociais entre Dom Távora e Dom Luciano. Na visão do autor, a experiência da JUC em Sergipe foi marcada pelo protagonismo de seu assistente eclesiástico, com um centralismo no qual se torna explícita a postura conservadora: “No caso de Sergipe isso não ocorre. Os dados colhidos permitem perceber o controle do Assistente Eclesiástico para com a JUC e como os militares exerciam vigilância” (RAMOS, 2000, p. 141).

Em linhas gerais, a escrita da história eclesiástica em Sergipe apresenta uma característica fortemente atrelada à ideia de legitimação de heróis e vilões, da oposição entre o bem e o mal. A perspectiva dicotômica do passado revela uma postura política de enquadramento dos sujeitos históricos pensados a priori, mesmo negando, silenciando ou distorcendo as fontes para atingir tal propósito. Os protagonistas da trajetória eclesiástica da Arquidiocese de Aracaju não foram entendidos como homens passíveis de deslocamentos de posições, de rupturas de pensamento ou de ações contraditórias. Entre a historicidade tortuosa e a tese linear, na leitura diacrônica percebe-se uma predileção pela segunda.

A problematização acerca da atuação dos prelados em Sergipe em perspectiva de oposição também está presente na dissertação de Isaías Carlos Nascimento Filho. No mestrado em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, o estudioso enfatiza o bispado de Dom José Brandão de Castro, na Diocese de Propriá, no Baixo São Francisco. Por outro lado, Dom Luciano Duarte, o metropolitano de Aracaju, é apresentado como um opositor as ideias propagadas pela Teologia da Libertação e conseqüentemente, um crítico a postura do bispo de Propriá. Trata-se de mais uma leitura que perpassa pelo crivo do conflito, da oposição de ideias, dos radicalismos entre progressistas e neoconservadores.³ Para Isaías Nascimento Filho, “em um clima como esse, em 1983, o Metropolita de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, radicaliza sua posição, através da mídia nacional, sobre a Igreja no Brasil” (NASCIMENTO, 2012, p. 96). Esse episódio tido como radicalização, expressa a marcante atuação de Dom Luciano na imprensa nacional em defesa da Igreja Católica e contra a expansão dos ideais da Teologia da Libertação ao longo da década de 80 do século XX (ANDRADE, 2015).

Essa interpretação acerca da trajetória de Dom Luciano Duarte com um viés político não está restrita aos trabalhos voltados para a questão dos embates ideológicos ou da atuação dos órgãos político-estudantis. Faz-se presente também nas discussões atinentes à questão da reforma agrária em Sergipe (LISBOA, 1999). Nesse senti-

³ Essa visão também se faz presente no seu livro antecessor (NASCIMENTO, 1998).



do, o destaque das análises é a iniciativa da Igreja Católica por meio da criação da PRHOCASE. Para alguns intelectuais, estudiosos próximos a Dom Luciano Duarte, se trata de um embrião da reforma agrária; para outros, seguidores de uma linha voltada para o campo social, essa experiência referenda uma postura conservadora das oligarquias no sentido de impedir a difusão da reforma agrária. Para Gismário Nobre, “a Igreja Católica se constitui na força de principal expressão ao movimento social agrário, entre as décadas de sessenta e meados de oitenta (1960-1985)” (NOBRE, 2008, p. 90).

Contudo, esse protagonismo dos católicos na luta em defesa dos camponeses é interpretado pelo pesquisador como um traço negativo do movimento dos trabalhadores rurais. Ele entende que era preciso “enquadrar a organização autônoma dos camponeses, canalizando-a para dentro do aparato institucional, no sentido de garantir o seu controle direto e absoluto” (NOBRE, 2008, p. 91). O autor deixa de considerar um aspecto relevante, que é a falta de apoio institucional presente na trajetória dos trabalhadores rurais no Nordeste brasileiro. A atuação dos bispos, especialmente os das dioceses nordestinas, constitui uma ação unilateral em defesa dos grupos socialmente marginalizados. Além disso, no contexto religioso marcado pelo discurso da Doutrina Social Cristã,⁴ o autor também ignora, olímpicamente, o relevante fato de parte considerável de tais iniciativas ter origem a partir da reivindicação dos próprios trabalhadores rurais, em busca de amparo e de uma solução para a situação de miséria a qual estavam submetidos.

Gismário Nobre também elucida o papel da Igreja Católica no processo de criação dos sindicatos rurais, por meio da figura dos bispos Dom José Vicente Távora em Aracaju e Dom José Brandão de Castro em Propriá. É nessa leitura em tom pessimista que o sociólogo salienta a fundação da PRHOCASE. Em suas palavras, “em 1968, o bispo auxiliar Dom Luciano José Cabral Duarte buscando cada vez mais harmonizar a Igreja com a orientação militar, criou a PRHOCASE – Promoção do Homem do Campo – como resposta ao problema da terra” (NOBRE, 2008, p. 93). E ao apontar para os

⁴ Esse movimento foi referendado pelo Papa João XXIII, por meio das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963).

objetivos da instituição, ele continua a atrelar aos propósitos oligárquicos como a quebra das correntes migratórias e o esvaziamento dos movimentos sociais de luta pela terra, “para evitar as tensões sociais no campo” (NOBRE, 2008, p. 93).

Além de apresentar dados equivocados, como o período de longevidade da instituição, o texto anuncia a política de conciliação e de redução dos conflitos do campo como uma ação controladora, um ato negativo da Igreja Católica. Deixa de explicitar a contribuição da PRHOCASE na vida dos trabalhadores rurais que passaram a viver nas fazendas comunitárias, com uma visível elevação no padrão da qualidade de vida. Mais uma vez percebe-se uma opção em silenciar as fontes para confirmar o argumento prévio. Também deve ser ressaltada a relevância da PRHOCASE no processo de redistribuição das terras entre as famílias das camadas populares. Apesar de existir algumas polêmicas acerca da natureza da ação, se essa foi realmente uma iniciativa de reforma agrária, os dados da experiência da Arquidiocese de Aracaju no apoio aos grupos socialmente marginalizados são significativos, “que implantou, em seus vinte anos de existência (1968-1988) cinco fazendas comunitárias nos municípios do Vale do Cotinguiba, sendo assentadas 261 famílias” (VASCONCELOS, 2007, p. 108).

Essa interpretação não é compartilhada de forma unânime na historiografia sergipana. Intelectuais como Eliano Lopes, elucidam o fato de a proliferação das colônias implantadas tanto pela Igreja Católica, quanto pelas cooperativas se integrarem à estratégia de um governo controlado pelas oligarquias rurais “visando manter sua tradicional política clientelista, encobrendo, assim, a gravidade do problema agrário no Estado e evitando uma possível organização dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária” (LOPES, 2000, p. 103). Sem sombras de dúvidas, interpretações como essa são evasivas e impertinentes por não considerar as experiências sociais dos trabalhadores rurais e entende-los apenas como massa de manobra controlada pelas elites. Essa visão, apesar de apresentar-se pretensamente engajada na transformação social, mantém uma perspectiva elitista da história, na qual as grandes decisões são tomadas por uma elite pensante, enquanto os segmentos sociais

espoliados são tidos como atores passivos da história, a espera da tomada de decisões ou como alvo de manipulações.

A participação da Igreja Católica nos movimentos sociais rurais elucidada o preceito da defesa “do direito do homem à terra como sagrado” (SANTOS, 2009, p. 42). De acordo com os dados apresentados por Ana Caroline Trindade dos Santos, “em 20 anos de atuação o movimento de cooperativas assentou 1.373 famílias em 5.577 hectares” (SANTOS, 2009, p. 42). Esses dados são expressivos para evidenciar o alcance social da PRHOCASE entre as camadas populares de Sergipe. Certamente, essa é a principal ação de Dom Luciano Duarte no campo social e, por sua vez, o trabalho mais distanciada das temáticas predominantes em suas prédicas pastorais. Por meio da Promoção do Homem do Campo de Sergipe, o arcebispo, afamado pelo seu intelecto, aproximou-se das camadas populares, vislumbrou as dores dos trabalhadores rurais, sentiu os estigmas das espoliações provocadas pela desigualdade social.

Mais do que isso! Chegou a ser visto com desconfianças pelas elites locais, como se estivesse dando um passo em direção ao subversivo mundo do comunismo. Foi uma nova realidade enfrentada com o poder de negociação entre os pobres marginalizados e os senhores fazendeiros da Cotinguiba. O bispo conhecido por suas considerações ponderadas em relação aos pobres, tornou-se paulatinamente o porta-voz dos silenciados, legitimando-se como um mediador dos embates sociais.

Após a ponderação das análises empreendidas no âmbito acadêmico, nos quais predominam a ênfase para as questões sociais, com uma visão polêmica e negativa em relação à Igreja e aos seus atores sociais, ressalta-se a necessidade de realizar um debate acerca das publicações produzidas por intelectuais fora da esfera universitária, muitos deles próximos ou vinculados ao Instituto Dom Luciano Duarte. São estudos que buscam elucidar as vivências religiosas e, principalmente, as memórias do período de convivência desses intelectuais com o arcebispo emérito de Aracaju.

O primeiro trabalho que tenta entender a iniciativa da PRHOCASE como uma prática de reforma agrária é o artigo publicado pelo geógrafo José Alexandre Felizola Diniz em 1980. Ele problematiza a questão

da terra no Brasil, bem como as pioneiras iniciativas engendradas por diferentes órgãos e instituições no sentido de combater a situação da concentração da terra no país (DINIZ, 1980). Essa inovação interpretativa foi basilar para a orientação das pesquisas subsequentes, especialmente as que levavam em consideração o uso das fontes históricas e as vivências com o arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte.

Nesse sentido, uma pesquisa pioneira foi desenvolvida pela professora Maria Lúcia Souza Ramos Berger, com a dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba nos idos de 1982. Certamente, se trata da pesquisa de maior amplitude acerca da experiência de Dom Luciano Duarte na PRHOCASE. A autora elucida alguns elementos distintivos da PRHOCASE em relação a outras experiências de reforma agrária ou de cooperativas agrícolas, pois a entidade criada e administrada pela Arquidiocese de Aracaju, por meio de fazendas comunitárias “oferece ao agricultor não só a terra em que pode plantar, mas dá-lhe também assistência técnico-financeira e social, na qual está incluída a educação” (BERGER, 1982). Essa prática educacional não era restrita ao universo escolar formal, mas também incluía a orientação ao “agricultor e sua família em inúmeros outros aspectos de sua vida cotidiana” (BERGER, 1982, p. 2).

Um ponto central da análise de Maria Lúcia Berger está na questão do protagonismo dos trabalhadores rurais no processo de implantação da PRHOCASE, por meio das lutas de reivindicações pelas melhorias das condições de vida. Nesse sentido, a pesquisadora não explica o surgimento da instituição como uma ação da Igreja Católica em combater a luta dos marginalizados ou de controlar os camponeses, mas sim como um momento no qual a elite eclesial foi inquirida pelos pobres na solução de suas lutas em prol da melhoria das condições de vida (BERGER, 1982, p. 92).

Essa perspectiva defendida pela autora ao longo de todo o trabalho despertou a atenção dos sujeitos envolvidos na trama. O protagonismo da experiência dos camponeses, bem como a ênfase nos desafios enfrentados por trabalhadores rurais e pela equipe de coordenação da instituição resultou em um ofício elogioso escrito pela secretária executiva da PRHOCASE, Enrica Mininni:

Confrontando suas conclusões com as nossas experiências no mesmo campo, sentimos uma grande sintonia com o seu estudo, do ponto de vista teórico e de pesquisa. Com relação aos aspectos que tocam mais de perto a PRHOCASE, constatamos que existe em todo o trabalho um percepção muito profunda de seus objetivos e métodos de ação, causada pela inteligente sensibilidade da analista destes problemas, assim como de seu conhecimento interior da PRHOCASE, dos agricultores das fazendas comunitárias e de sua Direção. (MININNI, 1985).

Percebe-se como a dissertação de Maria Lúcia Berger foi bem aceita pela equipe de coordenação dos trabalhos da PRHOCASE, principalmente por enfatizar a experiência dos grupos de trabalhadores rurais e os desafios da equipe no sentido de empreender uma iniciativa de reforma agrária. Aliás, essa é uma das abordagens pioneiras no sentido de entender a experiência da PRHOCASE como uma iniciativa de reforma agrária sob a tutela da Igreja Católica e não uma estratégia de barrar a luta pela mesma, como demonstram os trabalhos discutidos anteriormente.

O distanciamento das conclusões das pesquisas empreendidas por Maria Lúcia Berger e as dos demais investigadores universitários é gritante. Enquanto ela buscou enfatizar as transformações na vida dos camponeses atendidos pela PRHOCASE, os demais intelectuais simplesmente buscaram tratar essa questão como uma ação irrelevante, um preâmbulo conservador diante da emergência do que seria o verdadeiro movimento dos trabalhadores rurais, ignorando por completo seus resultados. Nessa conjuntura, emerge a preocupação em tentar compreender o distanciamento entre os dois modelos de abordagens, assim como qual seria a interpretação mais confiável, ou seja, mais próxima da experiência vivida.

As discrepâncias entre as análises podem ser vislumbradas no tocante à questão metodológica da investigação. Enquanto os trabalhos de Gismário Nobre, Ana Santos e Eliano Lopes priorizaram o recorte temporal posterior a atuação da PRHOCASE, tratando-a apenas como antecedentes e por meio de fontes bibliográficas, Maria Lúcia Berger priorizou a própria instituição como objeto de estudo, respaldada em

fontes primárias. Outro aspecto relevante é o fato de Antônio Ramos e Isaías Nascimento enfatizarem o referencial teórico como instrumento de leitura de mundo e não fazendo da teoria como uma hipótese para se pensar o objeto. Nesse sentido, aparentemente e de forma pretenciosa, antes mesmo da investigação a tese central do combate entre conservador e progressista já se encontrava pronta, finalizada e sem espaço para frestas que pudessem revelar as contradições.

Por tais motivos, a dissertação de Maria Lúcia Berger aparece como uma obra de maior equilíbrio metodológico, fugindo da sedução de enquadrar os atores sociais como vilões ou heróis. Esse equilíbrio é uma das questões reivindicadas pelo Padre Gilvan Rodrigues dos Santos nos estudos acerca de Dom Luciano, para evitar as demonografias e as hagiografias (SANTOS, 2011). Entretanto, a principal qualidade do texto que credencia a obra Maria Lúcia Berger pelo uso das fontes primárias, com a valorização da experiência dos trabalhadores rurais e dos coordenadores da PRHOCASE. Nesse ponto, ela se distancia das demais pesquisas, que ressaltam críticas ao projeto sem enunciar as informações da documentação.

Outra pesquisa produzida nos idos da década de 80 do século XX foi produzida pelo geógrafo Agamenon Guimarães de Oliveira, tendo como objeto de investigação a experiência de colonização na Cotinguiba por meio da iniciativa da PRHOCASE. O texto de Agamenon Oliveira, também substanciado em documentação, explicita algumas questões relevantes acerca da natureza da instituição, ao afirmar: “o projeto agrário apoiado pela CPT não é o do governo militar, nem o dos empresários, é o dos camponeses e trabalhadores rurais, por mais incompleto e contraditório que ainda seja” (OLIVEIRA, 1984, p. 12). Essa leitura, valoriza a ação dos segmentos populares como um ato de luta pelos seus direitos e reconhece “os agricultores de Dom Luciano”⁵ como sujeitos da história, capazes de negociar, lutar e reivindicar a melhoria das condições de vida. Para o autor, o apoio da Arquidiocese de Aracaju na luta dos traba-

⁵ Na década de 70 do século XX, quando Dom Luciano estava negociando o financiamento das fazendas, os agricultores chegaram a capital, Aracaju, em um caminhão e ao ser indagado pelo gerente do banco sobre quem seriam aquelas pessoas, a resposta teria sido “são os agricultores de Dom Luciano”.



lhadores rurais teve início com a tentativa de solucionar uma questão imediata. Era a prisão de alguns líderes trabalhistas, mas que revelava um problema muito mais complexo e de maior longevidade e amplitude de luta em prol da terra (OLIVEIRA, 1984, p. 34).

Percebe-se, por meio da interpretação dos intelectuais estudiosos da experiência de reforma agrária com apoio da Arquidiocese de Aracaju, como a PRHOCASE emergiu a partir de uma ação dos excluídos da sociedade sergipana, de um movimento social contra a espoliação de uma sociedade que quase nada tinha a oferecer. Nesse sentido, a intervenção de Dom Luciano Duarte partiu da solicitação dos próprios camponeses. A conduta do bispo auxiliar teve como intuito inicial a resolução de um problema imediato: libertá-los do cárcere. No segundo momento, ele buscou encontrar a resposta para um problema muito mais grave: a questão da terra, ou seja, a liberdade para a vida.

190

O importante a ser destacado ao longo de todo esse processo é o papel desempenhado por Dom Luciano Duarte. Como principal líder da Igreja Católica em Sergipe e com ampla influência na sociedade local, paulatinamente se transformou em um importante mediador das tensões sociais entre as elites açucareiras e os trabalhadores rurais. É evidente que sua postura em apoio aos cânones do novo regime político adotado no país e sua conduta histórica em combate as ideias tidas como comunistas, o certificava para ocupar esse papel de negociação entre grupos sociais tão opostos. A sua trajetória como padre e monsenhor o qualificava diante das elites sergipanas para esse embaraçoso desafio de articular a defesa dos líderes camponeses aprisionados e até mesmo a defesa do direito à terra.

O apoio da Igreja Católica aos trabalhadores rurais na luta pelo acesso e posse da terra não foi uma iniciativa restrita a Sergipe. Nas inúmeras dioceses presentes pelo Nordeste do Brasil é possível encontrar exemplos de uma ação católica coadunada com os interesses de camponeses desprovidos de terra e de trabalho. Um caso exemplar é o da Arquidiocese de Natal, por meio do arcebispo Dom Eugênio Sales⁶ (FERNANDES, 2013, p. 357-358).

⁶ Atuou como Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Natal entre 1954 e 1961. Entre 1962 e 1965 foi designado administrador apostólico da mesma arquidiocese.

É perceptível a proximidade entre as experiências de reforma agrária e luta camponesa em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Nos dois casos as iniciativas da Igreja Católica são tidas como pioneiras e propulsoras das reformas ocorridas nos momentos subsequentes. Nos dois casos, os interesses dos líderes religiosos são postos em xeque, associando as iniciativas com as estratégias de combate à expansão do comunismo e dos movimentos de esquerda. No entanto, Maria Fernandes alerta para um fato relevante, pois os interesses de Dom Eugênio Sales, arcebispo de Natal, se tornam pouco significativos quando se observa a forma pela qual na práxis os objetivos dele se aproximam dos ideais de luta dos trabalhadores.

O mesmo se pode argumentar para o caso sergipano. As supostas intensões veladas de Dom Luciano Duarte no combate a propagação dos preceitos comunistas entre os trabalhadores rurais se tornam irrelevantes, quando se observa os resultados promissores obtidos na experiência dos trabalhadores prhocasianos. Com uma proposta de direita ou de esquerda, progressista ou conservadora, Dom Luciano Duarte capitaneou uma equipe que dirigiu a luta pela terra e orientou os trabalhadores rurais no processo de produção e gestão de seus bens. Essa certamente é uma conquista sem precedentes.

Ao longo de sua trajetória o religioso sergipano apresentou inúmeras ações que reforçavam a sua postura de mediador, ou seja, tornou-se um intelectual inserido em diferentes circuitos de sociabilidades. Para Ângela de Castro Gomes é “a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual num mundo cultural” (GOMES, 2004, p. 51).

É nessa condição de mediador que o jovem intelectual se inseriu em diferentes setores da sociedade local como articulador para a expansão das instituições culturais no Estado. Na esfera educacional, ele liderou a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951) (OLIVEIRA, 2013), do Ginásio de Aplicação (1959) (NUNES, 2008) e da Universidade Federal de Sergipe (1967) (LIMA, 2009). O empenho do religioso, doutor em Filosofia pela Sorbonne, na criação dessas instituições educacionais revela tanto a preocupação com a formação intelectual dos seus conterrâneos, como



também o poder de mobilização em torno do seu nome. O monsenhor Luciano Duarte, ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX, se tornou uma figura constantemente presente nos arredores do centro, circulando em sua bicicleta pelas principais artérias da pequena capital sergipana no intuito de visitar amigos e convidá-los para lecionar nas faculdades. Para João Paulo Gama Oliveira, esse episódio era marcado pela imagem do religioso (OLIVEIRA, 2015, p. 53).

Percebe-se como a aceitação de tais convites expressava um significado bem mais importante do que o retorno financeiro: era o reconhecimento social e os laços afetivos construídos com o diretor da FAFL. Ensinar nas embrionárias faculdades sergipanas constituía uma oportunidade de aumentar o reconhecimento social, de legitimar-se como intelectual renomado. Contudo, outro aspecto de fundamental relevância era a origem do convite. Entre o final da década de 50 e início dos anos 60 do século XX, o monsenhor Luciano Duarte já era tido como um dos mais expressivos intelectuais sergipanos e reunia importante e sólida rede de sociabilidade. O convite era um sinal de confiança do pastor. O aceite era a certeza da credibilidade nas ações do mesmo. A biógrafa Gizelda Morais discorreu sobre a efervescência em torno de Luciano Duarte no momento posterior ao seu retorno da França (MORAIS, 2009, p. 317).

Gizelda Morais, ao longo da poética biografia de Dom Luciano Duarte, enfatiza a sua capacidade intelectual e os feitos no campo da educação. Certamente, esses são os legados mais destacados pelos seus estudiosos. Tanto os críticos, como os admiradores de sua trajetória reconhecem a magnitude de seus feitos no campo educacional e cultural. É possível distinguir um tripé envolto nas representações acerca de Dom Luciano. O primeiro eixo de trabalhos elucida o campo da inteligência, com ênfase para o período de estudos na França, o título de doutor na Sorbonne, as suas preleções nas faculdades sergipanas e sua produção filosófica e de relatos de viagens (MEDINA, 2015; MORAIS, 2008). O segundo eixo ressalta a conduta do pastor, com a formação nos seminários de Aracaju, Recife e São Leopoldo; suas homilias nos templos católicos de Sergipe e no Estádio Lourival Baptista; sua presença na Juventude Universitária Católica e a criação da peregrinação ao Santuário de Divi-



na Pastora (SANTOS, 2014; SANTOS; 2015); como capelão da Igreja São Salvador e, evidentemente, como arcebispo metropolitano de Aracaju e seus cargos ocupados na CNBB e no CELAM. O terceiro segmento evidencia a atuação na esfera educacional, destacando o ensino superior (LIMA, 2009), com a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, do Ginásio de Aplicação, da Universidade Federal de Sergipe e sua destacada atuação no Conselho Federal de Educação (FREITAS, 2015).

Esses campos destacados nas análises sobre a trajetória de Dom Luciano Duarte evocam também para o silêncio acerca de seu trabalho social. Um silêncio em grande parte compreensível, pois no âmbito da historiografia brasileira, as pastorais de cunho social são atreladas às trajetórias de vida de sacerdotes vinculados ao pensamento de esquerda, especialmente aos engajados na defesa dos princípios da Teologia da Libertação. Associar um trabalho social ao bispado de um homem como ideias firmes como Dom Luciano seria um mecanismo que certamente enfraqueceria a compreensão do mundo dentro de parâmetros preestabelecidos. Contudo, ao se tratar dos caminhos percorridos pelo arcebispo emérito da Arquidiocese de Aracaju, percebe-se como lidamos com uma trajetória errante e descontínua como salientou a biógrafa Ana Maria Medina (MEDINA, 2015, p. 140).

Nesse sentido, é preciso vasculhar as frestas do passado e reencontrar os rastros apagados pelo tempo, no sentido de compreender a dinamicidade de atos e ações vigentes em uma trajetória de vida. No entender de Ana Medina, “a Escola João XXIII, o Bem-me-quer, a PRHOCASE são marcas dos passos do Pastor que impunha seu cajado na defesa das minorias” (MEDINA, 2015, p. 149). Gizelda Moraes vai além e diz de forma contundente: “A PRHOCASE, sigla que resume a expressão ‘promoção do homem do campo de Sergipe’, é a obra social por excelência de D. Luciano em seu episcopado” (MORAIS, 2008, p. 438).

Possivelmente, esse trabalho, de cunho social e visto com desconfianças pelas elites açucareiras locais e até mesmo pelos dirigentes militares do Estado e do país, se tornou um dos maiores desafios de seu apostolado. No processo de negociação para liber-



tação dos revoltosos presos foi necessário usar de seu prestígio político no cenário militar. Na compra dos terrenos, dialogou com os governantes, lideranças políticas e senhores dos antigos engenhos para tornar possível o sonho dos “agricultores de Dom Luciano” em trabalhar em suas terras e poder vender sua produção. Entretanto, o seu papel de mediador foi além do diálogo com as elites sergipanas (muitos dos quais eram amigos próximos). Já como novo arcebispo de Aracaju, nos idos de 1972, também buscou construir uma aproximação com setores que outrora tinham sido combatidos pela própria Igreja Católica, entre os quais, a maçonaria (MEDINA, 2015, p. 149).

Essa aproximação com os líderes da Loja Maçônica Cotinguiba revela uma imagem de Dom Luciano Duarte bem destoante das representações tecidas em parte dos trabalhos acadêmicos. Não se vê o homem intolerante com as diferenças e inábil no diálogo com o opositor. Pelo contrário, percebe-se um sujeito histórico sagaz e extremamente habilidoso, no sentido de construir alianças e obter apoio para as suas obras. Um intelectual que assume a condição de mediador e interpela com os diferentes segmentos sociais, reabilitando diálogos vetados a quase um século. Como elucida Ibarê Dantas, o prelado apresentava um dogmatismo permeado de “alguma dose de pragmatismo” (DANTAS, 2014, p. 233).

Essa retomada do diálogo entre a Igreja Católica e a Loja Maçônica Cotinguiba foi destacada por José Francisco da Rocha como uma iniciativa de dupla dimensão do apostolado de Dom Luciano. Por um lado, cumpria uma missão de assistência social, com a mobilização de diferentes setores no sentido de comprar terrenos para distribuir entre os camponeses expropriados. Segundo, pela coragem em propor uma reaproximação entre duas instituições importantes e historicamente marcadas pelas dificuldades de diálogo, com um afastamento desde o segundo reinado (ROCHA, 1999, 314).

O representante da Loja Maçônica Cotinguiba destacou os problemas enfrentados por Dom Luciano Duarte no processo de implantação da PRHOCASE. O final dos anos 60 e o início dos anos 70 eram tempos difíceis, com forte repressão de Estado e perseguição aos atos políticos tidos como subversivos. O próprio arcebispo, no

texto comemorativo do primeiro decênio da instituição apresentou as inquietações surgidas no cenário sergipano acerca da natureza política da PRHOCASE, ao afirmar “devo dizer que a hipótese de uma atitude negativa ou de um bloqueio por parte dos donos de latifúndios não nos estivera ausente ao espírito, no início da experiência” (DUARTE, 1978, p. 8).

Os tempos de incertezas provocaram suspeitas até mesmo no tocante a pastoral social de um dos principais representantes anti-comunistas de Sergipe. O próprio arcebispo informa sobre supostas reuniões secretas que teriam reunido alguns latifundiários e usineiros do estado. De acordo com Dom Luciano Duarte: “Um deles levantou a pergunta que estava na cabeça de todos: - Mas, afinal, o que é essa PRHOCASE? Será comunismo?” (DUARTE, 1978, p. 9).

A descrição dessa conversa expressa a importância da formação de uma diretoria que envolvia alguns dos setores mais tradicionais da sociedade sergipana no sentido de propulsar a conquista de novos fundos para a compra das terras, mas também, para a ação tão importante quanto, de promover o reconhecimento na elite local e evitar ser taxado de instituição comunista. Luciano Duarte considerou dois aspectos para a aprovação da PRHOCASE na elite local. O primeiro foi o fato dele mesmo ser um cidadão aracajuano e conhecido “por suas posições moderadas”. O segundo, considerado por ele mesmo como a mais importante, foi a organização da “direção da PRHOCASE com a participação de proprietários rurais da região” (DUARTE, 1978, p. 8).

Mais uma vez a habilidade do mediador destacou-se. Com um discurso fora dos ditames da esquerda brasileira, mas em consonância com a necessidade de redução das condições de miserabilidade da população do campo, ele buscou “um terceiro caminho, que não era nem o comunismo totalitário e desumano, nem a continuidade de um capitalismo liberal, que abandonava os mais fracos e os oprimia, sem nenhuma consideração por sua dignidade humana” (DUARTE, 1978, p. 9). Assim, o arcebispo iniciava sua caminhada pelas tortuosas estradas do campo social. Buscava, antes de tudo, “transformar a situação de miséria dos camponeses, através da somação de todas as forças, de todos que quisessem colaborar, ricos

e pobres, Governo e particulares” (DUARTE, 1978, p. 8). Ao longo de seu percurso na PRHOCASE, ele evitou distanciar-se de suas convicções, no mesmo sentido pelo qual tentativa ampliar a sua rede de sociabilidade. Como bem ressaltou Edmilson Menezes na apresentação de um de seus livros, “pensamento coerente é sempre um estímulo àqueles que não renunciaram à prática da autonomia” (MENEZES, 2008). Dom Luciano Duarte é um caso exemplar de luta arguta pela autonomia.

Referências

ANDRADE, Péricles. “Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol. 1, nº 45. Aracaju, 2015, p. 131-142.

BERGER, Maria Lúcia Souza Ramos. **A educação de adultos numa experiência de reforma agrária: o caso da Promoção do Homem do Campo de Sergipe – PRHOCASE**. João Pessoa, 248f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFPB, 1982.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Morais, Marieta (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARVALHO, Joana Morato. **Homens da Igreja: a participação de leigos católicos na política partidária em Aracaju**. São Cristóvão, 191f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFS, 2013.

COSTA, Carmem Machado (et. al.). **Memórias de uma fraternidade cristã: a JUC e o Padre Luciano Duarte**. Aracaju: EDISE, 2014.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe (1964-1984)**. São Cristóvão: EDUFS, 2014.

DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Políticas agrícolas e a questão da reforma agrária. **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 3ª ed. Itatiaia-RJ: DC, 1980.

DUARTE, Dom Luciano Cabral. PRHOCASE: uma experiência de promoção humana da Arquidiocese de Aracaju (Sergipe) - Brasil. **PRHOCASE 10 anos: Promoção do Homem do Campo de Sergipe (1968-1978)**. Aracaju, 1978.

FERNANDES, Maria José Costa. Reforma agrária e assentamentos rurais no Rio Grande do Norte: algumas reflexões. **Revista Contexto**. Vol. 4, nº 1-2. Natal, 2013, p. 357-358.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Dom Luciano Cabral Duarte e suas contribuições para o campo educacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol. 1, nº 45. Aracaju, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia dos Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)**. São Cristóvão-SE 119f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **Associativismo no campo: um estudo das relações em redes aos espaços de socialização política: um estudo da COOPERTREZE e das associações comunitárias em Lagarto**. São Cristóvão, 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFS, 1999.

LOPES, Eliano Sérgio. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local: dimensões econômicas e sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano**. Rio de Janeiro, 200f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), UFRRJ, 2000.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. Dom Luciano José Cabral Duarte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol. 1, nº 45. Aracaju, 2015.

MORAIS, Gizelda. **D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico**. Aracaju: J. Andrade, 2008.

MENEZES, Edmilson. Apresentação. In: DUARTE, D. Luciano. **Escritos sobre educação e outros temas**. Aracaju: J. Andrade, 2008.

MININNI, Enrica. **Ofício da PRHOCASE**. Nº 63/85. Aracaju, 29 de agosto de 1985.

MORAIS, Gizelda. **D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico**. Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 60.

NASCIMENTO FILHO, Isaiás Carlos. **Dom Brandão de Castro, o profeta do povo de Deus no Baixo São Francisco**. Recife, 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UNICAP, 2012, p. 96.

NASCIMENTO, Afonso. A hagiografia de Dom Luciano. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 13 de abril de 2011.

NOBRE, Gismário Ferreira. **Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na relação com o Estado e a sociedade: entre a autonomia e a institucionalização: o caso de Sergipe.** Salvador, 240f. Tese (Doutorado em Sociologia), UFBA, 2008.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968).** São Cristóvão-SE, 140f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFS, 2008.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. **Uma experiência de colonização na Cotinguiba sergipana: as fazendas comunitárias Prhocasianas.** Recife, 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE, 1984.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. “Lutando com as mãos vazias, certos das nossas certezas”: Luciano Duarte e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Vol. 1, nº 45. Aracaju, 2015.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **A formação do professor de História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962).** São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.

POLLAK, Michel. Memória, Silêncio e Esquecimento. **Estudos Históricos.** Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

RAMOS, Antônio da Conceição. **Movimento Estudantil: a JUC em Sergipe (1958-1964).** São Cristóvão, 163f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFS, 2000.

ROCHA, José Francisco da. Reconciliação. In: DUARTE, Carmem Dolores Cabral. **Concílio Vaticano II: os novos caminhos da cristandade.** Aracaju: J. Andrade, 1999.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Mestres das primeiras letras como mediadores culturais: escolas rurais e usos de escrita em povoados indígenas do México no século XIX. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia dos Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 121-147.

SANTANA, Glêyse Santos. **A guinada da igreja progressista em Sergipe: o bispado de Dom José Vicente Távora (1958-1970).** São Cristóvão, 110f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFS, 2011.

SANTOS, Ana Caroline Trindade dos. **Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE.** Recife, 106f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UFPE, 2009.

SANTOS, Gilvan Rodrigues. Dom Luciano Duarte: nem hagiografia, nem demonografia. **Jornal da Cidade.** Aracaju, 29 de abril de 2011.



SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **A peregrinação a Divina Pastora**. Aracaju: EDISE, 2015.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Padre Luciano Duarte: olhares de um peregrino entre dois mundos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol. 1, nº 45. Aracaju, 2015.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. **Além da geração de trabalho e renda: economia solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe**. São Paulo, 241f. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC-SP, 2007.



